



ALPETA

FILIADO A:
CUT

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO - Nº 99 JAN/2007

VERGONHA

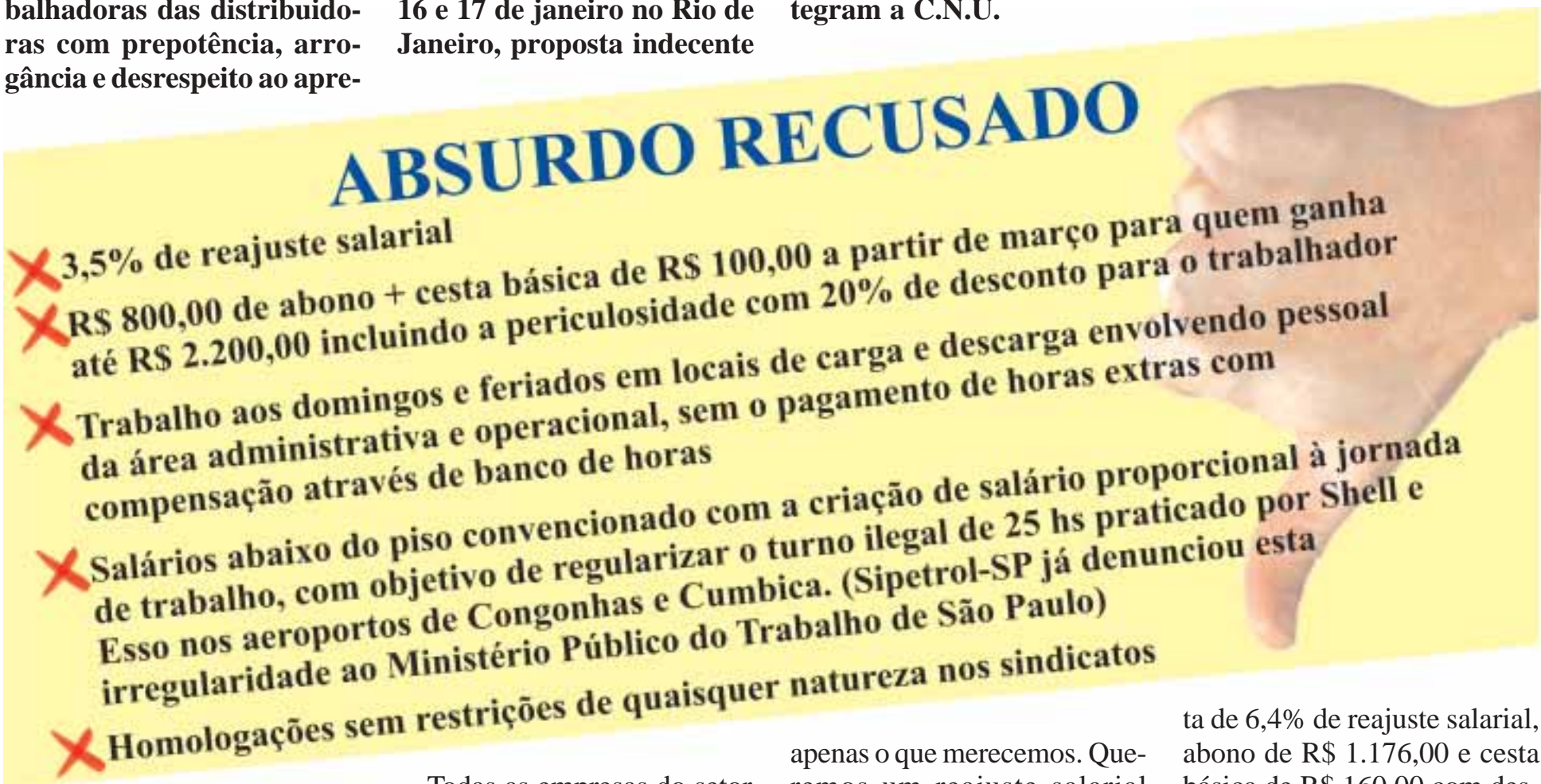
Sindicom faz proposta absurda e interrompe negociações

O Sindicom mais uma vez tratou os trabalhadores e trabalhadoras das distribuidoras com prepotência, arrogância e desrespeito ao apre-

sentar, na 4ª rodada de negociações realizada nos dias 16 e 17 de janeiro no Rio de Janeiro, proposta indecente

ao Sipetrol – SP, Sitramico – RJ e Sitramico – RS que integram a C.N.U.

A proposta absurda é composta dos seguintes itens:



Esta proposta indecente foi rejeitada por todos os Sindicatos do Brasil que juntos encaminharam um ofício à presidência do Sindicom pedindo imediatamente a reabertura das negociações, uma vez que a bancada patronal rompeu com o processo de negociação afirmando que essa era sua proposta final.

Todas as empresas do setor tiveram grandes lucros e recuperação de mercado, mas na hora de repassar o que é justo para os salários dos trabalhadores fazem a mesma chorradeira de sempre.

“Nós trabalhadores temos que mostrar para as maiores empresas do mundo que não aceitamos “esmola” e tampouco “agrado”,

apenas o que merecemos. Queremos um reajuste salarial substancial com ganho real, uma cesta básica justa e ainda a manutenção do abono no mesmo patamar do ano passado”, informa Valdenir da Cruz Santos, membro da CNU.

Segundo ele, diante do rompimento das negociações por parte do Sindicom, os sindicatos decidiram manter a propos-

ta de 6,4% de reajuste salarial, abono de R\$ 1.176,00 e cesta básica de R\$ 160,00 com desconto simbólico para o trabalhador. “Caso não haja reabertura imediata das negociações, estaremos realizando paralisações em bases, terminais e escritórios porque só assim, os patrões reconhecem a importância e o valor dos trabalhadores, quando sentem nos bolsos os prejuízos”, diz Valdenir.

O desafio de crescer

José Floriano da Rocha, presidente do SIPETROL

O presidente Lula mal começou seu segundo mandato e já arregaçou as mangas rumo ao seu – e de todos nós – principal objetivo: crescimento econômico.

O crescimento da nossa economia será o principal desafio a partir de agora. E Lula já mostrou que é bom em desafios: conseguiu quitar a dívida com o FMI, manter a estabilidade da economia e a inflação sob controle. Agora precisa enfrentar o “leão” que é crescimento com emprego.

Para isso, o presidente lançou o Plano de Aceleração do Crescimento, que vai desentravar a economia e elevar o Produto Interno Bruto em 4% no primeiro ano do seu segundo governo.

Esse plano está sendo trabalhado em cima dos números e objetivos, tudo feito com responsabilidade fiscal, de olho no Orçamento da União, das estatais entre outros. O objetivo é aumentar os investimentos internos em áreas como infra-estrutura econômica, estradas, portos e geração de energia.

A previsão inicial é que esses investimentos sejam da ordem de R\$ 20 bilhões do Orçamento da União, representando um aumento de 30% em relação aos investimentos de R\$ 15,2 bilhões de 2006.

No primeiro governo, Lula teve dificuldades para investir em razão da retenção de verbas para gerar superávit primário e pagar os credores, entaves

ambientais e jurídicos. A intenção é que essas dificuldades não se repitam neste segundo mandato.

O trabalho do governo em favor das classes menos favorecidas já deu mostras do tamanho da preocupação com o social. Agora é hora de se voltar para o desenvolvimento, com trabalho para todos, distribuição de renda, terra, moradia e educação. Um projeto que seja responsável e sustentável social e ambientalmente.

Precisamos de um “circulo virtuoso”: crescimento que gera emprego, que diminui as desigualdades, que promove acesso, que aumenta a qualidade de vida, que ajuda na produtividade, que faz o país crescer...

Claro que esse esforço em nada valerá se o governo não investir pesado no combate a corrupção. A Polícia Federal tem de continuar com suas operações, sérias, austeras, mesmo que prenda os próprios membros do governo. Os envolvidos em corrupção devem ser investigados e punidos com rigor, pois só assim recuperaremos nossa credibilidade.

Deixaremos o “homem trabalhar” e esperaremos que ele trabalhe muito por nós, para que o país supere esses desafios: crescimento com emprego, diminuição da desigualdade e combate à corrupção.

Lei garante proteção para trabalhador de sindicato

O Presidente Lula e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ao sancionar a Lei 11.295/06, acrescentaram o parágrafo 2º ao Artigo 526 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), garantindo

proteção para quem trabalha em sindicato. Estes trabalhadores passam a ter os mesmos direitos determinados a funcionários de outros setores, como o direito a previdência social e o direito de se sindicalizarem.

O novo parágrafo diz: “Aplicam-se ao empregado de entidade sindical os preceitos das leis de proteção ao trabalho e de previdência social, inclusive o direito de associação em Sindicato”.

Contribuições serão fiscalizadas pelo DRT São Paulo

É grande o número de empresas que deixam de cumprir com suas obrigações, conforme os termos do artigo 578 e os seguintes da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que determinam como devem ser re-

alizadas as contribuições sindicais. Para sanar o problema e regularizar a contribuição, a fiscalização do recolhimento da Contribuição Sindical passou a ser responsabilidade da Delegacia Regional do Trabalho

(DRT) de São Paulo. Lembrando que 20% da Contribuição Sindical patronal e dos empregados, em favor da União Federal via Conta Especial e Salário, são destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Fonte das matérias acima: revista Repórter Fecesp

Expediente

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central

Rua Carlos Petit, 261
Vila Mariana - São Paulo - SP
Cep: 04110-000
Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetrol@terra.com.br

Subsede Guarulhos

Rua José B. de Medeiros, 144
J. Sta. Francisca - Guarulhos - SP
Cep: 07013-050
Fone: (11) 6409-3024

Subsede Jundiaí

Av. Fernando Arens, 901 - Vila Arens - Jundiaí - SP
Cep: 13202-571
Fone: (11) 4817-1621

Subsede Osasco

Rua Gasparino Lunardi, 314
Km 18 - Osasco - SP
Cep: 06110-260
Fone: (11) 3681-7619
e-mail: sipetrolosasco@terra.com.br

Subsede Bauru

Rua Beirute, 4-77
Bauru - SP - Cep: 17060-100
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba

Rua Alferes José Caetano, 1944
Centro - Piracicaba - SP
Cep: 13400-126
Fones: (19) 3434-3415 /
(19) 3434-3432 / (19) 3434-5901

Subsede Sorocaba

Av. 31 de Março, 354
Centro - Votorantim - SP
Cep: 18100-005
Fones: (15) 3343-3319

Diretor Responsável

José Floriano da Rocha

Redação, Edição e Editoração

Nova Onda Comunicação
Jornalista Responsável: Jeferson
Martinho - MTB 31886
Fone/Fax: 3654-4172 / 3654-4177
http://www.novaondanet.com.br

Mande sua sugestão, crítica ou denúncia por carta (utilize os endereços da sede e subsedes acima), email (sipetrol@terra.com.br) ou acesse nosso site www.sipetrol.org.br

Esso reintegra 4 motoristas que haviam sido substituídos por terceirizados

Na última semana, a Esso anunciou que vai reintegrar 4 dos 31 motoristas demitidos em 2006 devido a uma terceirização no setor.

Antes de fazerem as homologações, os diretores do Sipetrol constataram que esses motoristas não poderiam ser demitidos porque apresentavam sérias lesões motivadas pelo trabalho.

Ao constatar a irregularidade, o Sindicato abraçou a causa de 4 companheiros que não assinaram a homologação. São eles: Walter Siqueira da Silva (operado em novembro de 2006 e está realizando exames pós-operatórios e fisioterapia); Pedro de Campos (foi operado em dezembro, está de auxílio doença); Agnaldo Borsari (está de auxílio doença, fez cirurgia em janeiro) e João Carlos da Silva Machado (em auxílio doença. Fez cirurgia de hérnia de disco feita em novembro de 2006).

O primeiro passo da luta foi

encaminhá-los a um analista pericial do Ministério Público do Trabalho. Esse perito constatou que os trabalhadores sofriam de lesões ortopédica na coluna e nos ombros. “Essas lesões não foram documentadas pelo setor médico e não houve restrição à atividade. Há indícios suficientes para considerar essas doenças como de natureza ocupacional”, afirma o perito.

Na ocasião, a empresa foi informada das condições destes trabalhadores, mas a princípio disse que não voltaria atrás nas demissões.

Diante disso, o Sindicato entrou com representação no Ministério Público do Trabalho para as reintegrações, visto que alguns funcionários já constavam no INSS como desempregados sem ao menos terem feito a homologação.

Ao constatar que iria perder na Justiça, a Esso anunciou a reintegração dos 4. “Foi mais uma vitória do



Os diretores do Sipetrol ao lado dos trabalhadores reintegrados: vitória!

nosso Sindicato. Nós não brigamos apenas na época da Campanha Salarial. Estamos atentos para que as empresas não desrespeitem os direitos dos trabalhadores. Os companheiros devem nos procurar ao menor indício de irregularidade, mesmo em momentos como este, que pa-

recia ser de demissão, mas que agora será um recomeço”, afirma Valdenir Santos, diretor do Sipetrol.

Graças ao nosso trabalho, em 2005, o funcionário Rubens Peres também foi reintegrado a Esso num processo semelhante ao dos 4 últimos companheiros.

Reajuste do Mínimo será constante a partir deste ano

Um acordo assinado por Lula em 27 de dezembro passado, garante, de 2007 até 2023, o reajuste constante do salário mínimo. O acerto, que foi feito entre o governo e as centrais sindicais, evitará que trabalhadores e governo tenham de negociar o reajuste todo ano.

A medida é parte do PAC (Plano de Aceleração de Crescimento), que também visa, entre outros fatores, diminuir os gastos públicos e chegar ao déficit nominal zero até o fim deste mandato.

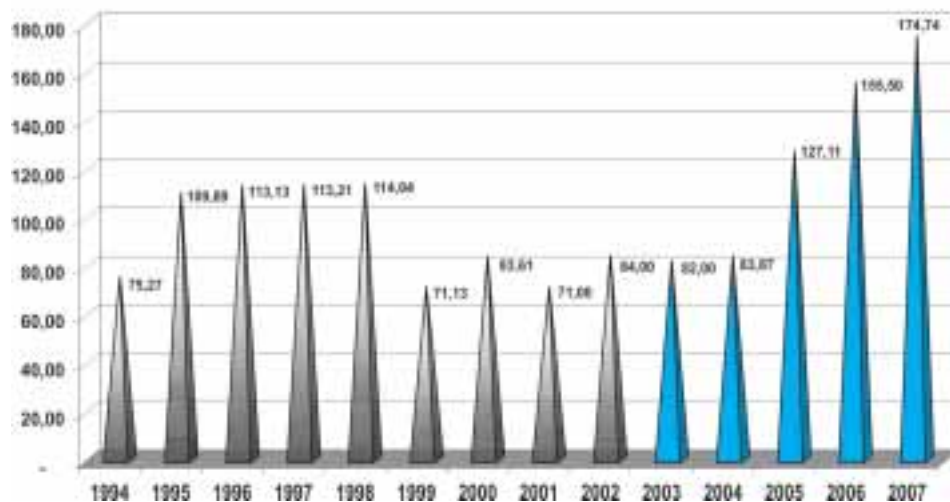
A correção do mínimo deverá ser feita com base na variação da inflação e do PIB (Produto Interno

Bruto) de dois anos anteriores. Por exemplo, o reajuste de 2008 terá como base 2006.

O acordo sofrerá revisões a cada quatro anos, e a primeira ocorrerá em 2011. Além disso, a nova política também prevê a antecipação do pagamento do reajuste em um mês a cada ano.

“Acredito que a novidade contribua para que o reajuste salarial e o crescimento da economia andem juntos”, afirma Joaquim Miranda, secretário-geral do Sipetrol. Para ele, este acordo tende a valorizar a relação entre o governo e os sindicatos.

A evolução do Salário Mínimo (em Dólares)



GOVERNO LULA VALORIZA O SALÁRIO MÍNIMO

Desde o primeiro mandato do governo Lula, o salário mínimo vem registrando reajustes que superam os governos anteriores, o que é comprovado por um levantamento realizado pelo Dieese (Departamen-

to Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos).

Segundo o estudo, que compara o aumento real nos três últimos governos, considerada a inflação medida pelo ICV (Índice do Custo de

Vida), entre 1994 e 1998, o ganho real do mínimo foi de 7%. No período de 1999 a 2002, o aumento chegou a 6%. Já de janeiro de 2003 a 2006, a 46%.

Para 2007, o novo reajuste ne-

gociado com as centrais sindicais, elevou o salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 380 - aumento nominal de 8,6% -, e deverá vigorar de 1º de abril próximo a 31 de março de 2008.

Crédito Habitacional aumenta no país

O déficit habitacional sempre foi um problema sério no país. Mas nos últimos anos, uma ação mais efetiva do governo -- através da Caixa Econômica Federal -- na questão vem ajudando a minimizar seu impacto.

A CEF fechou 2006 com R\$ 13,8 bilhões aplicados em habitação. Já os financiamentos com recursos da poupança atingiram R\$ 9,5 bilhões, que representam um total de 115.523 unidades atendidas.

Na área habitacional, o montante investido em 2006 atendeu 600.399 famílias, das quais 73% têm renda de até cinco salários mínimos - faixa de renda na qual se concentram 92% do déficit habitacional (7,9 milhões).

Na Caixa, no último ano as contratações habitacionais registraram um crescimento de 51,6% em relação ao ano de 2005.

PAR

Solução de moradia para população de baixa renda

Uma ação que está auxiliando nesta grande mudança no campo da habitação é o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O programa subsidia a compra de famílias com renda mensal de até cinco salários, com recursos do FGTS.

Em 2006, do total subsidiado para

a baixa renda, 66% (R\$ 1,2 bilhão) foram direcionados para famílias com rendimento mensal de até três salários mínimos, faixa na qual se concentram mais de 82% do déficit habitacional.

Pelo PAR, o morador tem condições de adquirir o imóvel financiado em 15 anos.

CORTIÇOS - O PAR pode ser a salvação para milhares de famílias no país. Só na cidade de São Paulo são cerca de 600 mil pessoas. Recentemente, a prefeitura da capital determinou que os donos dessas hospedarias façam reformas para melhorar as condições das moradias improvisadas, sob risco de serem extintos. Os cortiços já somam 23 mil na capital.

Por falta de fiscalização, os cortiços aglomeram muito mais gente do que permite a lei e cometem várias irregularidades, como divisórias de madeira, falta de luz natural e ventilação, áreas menores do que o mínimo permitido (5m² com altura de 2,30 metros), falta de tanques e banheiros (1 para cada 20 moradores), não exposição das contas a serem rateadas (água e luz) entre outros.

Nessas moradias, os botijões de gás devem ficar fora das moradias, e instalação elétrica e hidráulica deve atender às mínimas condições de funcionamento e segurança.

Sindicalismo é tema de novo livro

Em sua nova obra recém lançada e que leva o título *Curso Básico de Direito Sindical*, da editora LTR, o juiz do trabalho José Carlos Arouca aborda, em suas 456 páginas, a reforma sindical, com passagens pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST). O livro também traz informações sobre estrutura e organização sindical, que o torna ainda mais interessante. Fonte: Revista Repórter Fecesp



Seguro Obrigatório aumenta

Os contribuintes estão pagando agora em janeiro o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Seguro Obrigatório (DPVAT) e a taxa de licenciamento. Desses três, somente o IPVA pode ser parcelado, os outros dois impostos são pagos em parcelas únicas.

O seguro-obrigatório teve neste ano um reajuste de 11%. Assim como o IPVA (que aumentou em média 6,5%), o valor do seguro também varia de acordo com o tipo de veículo, mas passou de R\$ 76,08 em média para R\$ 84,55. Os donos de motos, que antes pagavam R\$ 137,65 e agora têm de pagar R\$ 183,84 - 33,55% a mais. O aumento é quase 4 vezes maior do que a inflação prevista para o período, que deve ficar em 3%.

Em 2006, quando o DPVAT aumentou 43,4%, foram recolhidos R\$ 1,041 bilhão.

As indenizações para os segurados foram reajustadas em 0,15%, passando para R\$ 13.500. Os valores são os fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

CONFIRA AS LINHAS DE CRÉDITO QUE O GOVERNO OFERECE

Procure uma agência da CEF para saber os limites de renda e de financiamento exigidos em cada modalidade

Para imóvel na planta

- Utilizando recursos do FGTS

Financiamento com recursos do FGTS para pagamento em até 20 anos, através do Programa de Carta de Crédito Associativo.

- Utilizando recursos do SBPE

Para quem faz parte de um condomínio, sindicato, cooperativa ou associação. Vinculada ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), ela oferece até 20 anos para pagar.

Para imóvel novo

- Carta de Crédito FGTS Individual

Financiamento de até 100% do imóvel com juros acessíveis e até 20 anos para pagar.

- Carta de Crédito CAIXA Individual SBPE - SFH

Criada para pessoas físicas, é vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e dá 20 anos para pagar.

Para imóvel usado

- Carta de Crédito FGTS Individual

Financia até 80% do imóvel com juros acessíveis e 20 anos para pagar.

- Carta de Crédito Individual SBPE - SFH

Criada para pessoas físicas, é vinculada ao SFH e dá prazo de 20 anos para pagar.

- Arrendamento

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) destina-se a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00. O usuário mora no imóvel pagando um valor mensal acessível. Ao final do prazo de arrendamento, de 15 anos, tem a opção de comprar o imóvel, considerando tudo que já foi pago. Cabe ao morador o saldo residual, se houver, e as taxas de transferência do imóvel para o nome.

Além dessas, ainda há linhas de financiamento para construção e reforma de imóvel e para a compra de material de construção, variando de 36 meses a 20 anos para pagar. Para ter acesso a essas linhas, procure a Caixa Econômica Federal mais próxima.

Aproveite as férias na Colônia ou nos clubes Pargos

Associado Sipetrol pode aproveitar as férias e o verão na Colônia de Férias ou nas várias unidades do Pargos Club. Faça sua reserva diretamente na Colônia pelo telefone (0xx13) 3494-2782. Já para aproveitar o Pargos Club do Brasil, o associado deve fazer sua reserva diretamente com a CENTRAL DE RESERVAS: RUA JACAREÍ 39 - CONJ.1212 - BELA VISTA - SP

FONE: 3104.0292/3104.1529 FAX: 3105.9567